

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 2019/2020 do Instituto da Defesa Nacional

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 13 de novembro de 2019

Vocativos

Quero começar por partilhar convosco o grande apreço que tenho pelo trabalho de excelência que o Instituto da Defesa Nacional tem desenvolvido ao longo da sua existência, e em particular nestes anos mais recentes. Isso deve-se à dedicação de todos os que aqui trabalham, aos amigos do IDN que reconhecem o seu contributo incontornável para pensar a segurança e defesa do nosso país, mas deve-se em larguíssima medida à liderança esclarecida dos seus Diretores, cuja visão orienta esta casa na sua necessária atualização e rejuvenescimento.

Este é um trabalho de todos, em que todos os contributos contam, exatamente porque valorizamos a diversidade de pensamento, o olhar crítico e a pluralidade de ideias para a Defesa Nacional.

E hoje esse contributo continua tão atual e relevante como sempre. No início de mais um ano académico, quando são aqui

recebidos amigos, colaboradores, antigos e novos formandos, estudantes e cidadãos interessados – neste momento solene, vale a pena recordar os importantes desafios a que nos propusemos dar resposta através da ação do Governo e para os quais contamos com este Instituto.

Após uma legislatura que concluiu a aprovação do principal instrumento financeiro de equipamento e modernização das Forças Armadas, a Lei de Programação Militar, assim como a Lei das Infraestruturas Militares, **importa nesta legislatura centrar os nossos esforços nas pessoas**. Os desafios do recrutamento, da retenção, da qualificação, dos apoios aos Antigos Combatentes e aos Deficientes das Forças Armadas – todos estes desafios nos exigem dedicação constante, trabalho conjunto, com todos, na identificação das melhores respostas.

Não são temas fáceis. São mesmo daqueles temas em que as soluções fáceis estão sobretudo ao alcance dos que pouco conhecem as matérias em causa e a forma como estas matérias se relacionam com as dinâmicas mais profundas de uma sociedade em mudança. Um trabalho sério sobre estas áreas, e não concebemos outra possibilidade que não o desenvolvimento de um trabalho sério, não é compatível com varinhas mágicas, ou com a ilusão de soluções imediatas para tendências que se desenvolvem ao longo de anos ou mesmo décadas.

O trabalho da Senhora Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes será particularmente importante neste quadro, mas sem a dedicação dos ramos na implementação do Plano para a Profissionalização do Serviço Militar, ou dos Serviços do Ministério na dinamização do Dia da Defesa Nacional, ou ainda sem o trabalho da Assembleia da República na aprovação da legislação relevante, e também do IDN

na continua promoção das temáticas da Defesa Nacional junto de um público mais vasto – sem estas e outras importantes contribuições, os resultados ficarão certamente aquém do necessário.

Há um conjunto importante de dossiers que têm vindo a merecer a nossa atenção e que estão inacabados.

O Sistema de Saúde Militar e a Assistência na Doença aos Militares são dois deles, interrelacionados aliás. Estamos a trabalhar nas iniciativas que nos permitirão garantir a sustentabilidade financeira do sistema, que é o mesmo que dizer a sobrevivência do sistema, pois não devemos ter ilusões que essa sobrevivência não se poderá garantir se continuarmos pelos caminhos que têm sido trilhados. Faremos os ajustes na estrutura de governação, e na própria organização do Sistema de Saúde Militar, que forem

necessários para garantir a salvaguarda dos seus beneficiários, ou seja, a salvaguarda e bem-estar dos efetivos das nossas Forças Armadas, e de forma mais lata da Família militar, não apenas no imediato, mas também para o futuro.

A igualdade e a conciliação da vida familiar, profissional e pessoal, a participação das mulheres e a diversidade no recrutamento nas Forças Armadas são outra prioridade. A implementação do Plano setorial da Defesa para a Igualdade e uma rápida adequação de mentalidades e procedimentos, que reflitam as realidades da nossa sociedade, são passos da maior urgência que a Defesa assumiu e que iremos promover diligentemente.

O programa de Governo prevê também um conjunto de medidas que visam adaptar as Forças Armadas ao novo contexto estratégico e às novas prioridades de ação da Defesa Nacional.

Temos de aprofundar a reorganização das Forças Armadas em função do produto operacional, baseada em capacidades conjuntas, assente num modelo de organização modular e flexível. Estes passos devem permitir a partilha de valências, sempre que seja relevante, e devem libertar as Forças Armadas para o desempenho das suas funções essenciais de proteção militar do país e de apoio às missões em território nacional, sempre que solicitado. Trabalharei estas matérias com os chefes militares para que ao longo desta legislatura possamos produzir Forças Armadas mais eficazes e eficientes na utilização dos seus recursos materiais e humanos para o produto operacional que, em última instância, justifica o elevado investimento que o nosso País faz na sua Defesa.

Ainda a esse respeito, finalizaremos em breve a definição de uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa, processo orientador para a necessária adequação das estruturas e meios neste âmbito

relativamente novo para as nossas Forças Armadas e para a Defesa nacional. Incluímos já um significativo reforço de verbas para esta área na Lei de Programação Militar e estamos a desenvolver os primeiros instrumentos e quadros normativos.

Aprofundar o trabalho em curso de impulsionar a Economia da Defesa é outra grande prioridade que definimos no Programa de Governo. Iniciámos um processo urgente e necessário de diálogo e coordenação entre os diferentes agentes relevantes para este objetivo, impulsionados por um contexto de grande dinamismo na defesa europeia, na NATO e com a aprovação da Lei de Programação Militar. Hoje, podemos dizer que temos um embrião de estrutura que permite esse diálogo articulado e que tem já resultados concretos, nomeadamente encontrando uma maior racionalidade para a nossa participação na Cooperação Estruturada Permanente em matéria de defesa da União Europeia. O Grupo de Acompanhamento da Participação de

Portugal nos Projetos PESCO colhe o contributo de todos – isto é, dos ramos, de diversos ministérios, da indústria, do setor do estado e dos privados, dos centros de investigação, entre outros – e com esta iniciativa já foi possível produzir uma mais-valia na alavancagem de uma Economia da Defesa, que aliás constitui um dos mais dinâmicos setores da nossa economia. Agora, depois de ter testado o modelo, avançaremos para a transformação deste Grupo de trabalho num mecanismo mais permanente.

Cumpre-nos ainda concluir uma peça da maior importância neste novo edifício que é a criação de uma nova entidade para substituir a Empordef, permitindo a necessária estruturação da participação do Estado no Setor Económico da Defesa. Estamos a discutir com os ministérios relevantes um plano ambicioso, mas exequível e sensato, que estou certo merecerá toda a atenção deste governo.

A esse propósito, vale a pena abrir aqui uma outra reflexão que se prende, de forma mais ampla, com o contexto europeu e internacional em que estas mudanças estão a ser pensadas.

A participação dos Estados europeus nesta nova Europa da Defesa é um aspeto que requer um pensamento mais denso do que aquele que temos hoje. Esta é certamente a casa para o promover! A Defesa exige-nos pensamento estratégico, acompanhamento político e uma reflexão de conjunto que nos diga para onde caminhamos e com que objetivos avançamos. E essa é a função das instituições democraticamente eleitas em Portugal e na Europa. É no Governo e na Assembleia da República, e sempre em diálogo com a sociedade que estas prioridades devem ser definidas, mas o contributo do IDN para a necessária densificação de pensamento estratégico é imprescindível.

Olhando agora para as nossas responsabilidades internacionais, teremos no primeiro semestre de 2021, com a Presidência portuguesa da União Europeia, a oportunidade de marcar a agenda europeia em matéria de defesa. Tencionamos estimular a revisão intercalar da Estratégia Global da UE, com um enfoque nas matérias da Defesa Europeia. A par disso, iremos propor medidas para a revitalização da estratégia de segurança marítima da UE, sublinhando sobretudo a importância de estarmos atentos ao Golfo da Guiné, em articulação com a NATO, mas valorizando o envolvimento dos europeus e das estruturas europeias na segurança do continente africano, tanto no mar, no Golfo da Guiné, como em terra no Sahel. Estes são objetivos que concorrem para o reforço da segurança nacional e da segurança dos nossos parceiros e que nos permitem reafirmar uma ação portuguesa num quadro mais amplo, que inclua, mas não se

limite, aos nossos parceiros já tradicionais, como são os países de língua portuguesa.

Esta visão está, aliás, em linha com o que estamos a fazer na promoção do Atlântico como um espaço da maior centralidade para o nosso país. A constituição do Centro para a Defesa do Atlântico, que no próximo dia 21 debateremos nesta casa, é um exemplo. Mas podemos referir a constituição do Centro de Excelência da NATO GEOMETOC, que esperamos ver concluído em breve, e que representa um contributo nacional valioso para a operacionalidade dos Aliados da NATO, ou ainda a nossa participação em missões da UE e das Nações Unidas no continente africano, que vemos como um contributo essencial para a segurança do Atlântico, enquanto espaço alargado.

No âmbito da NATO estamos plenamente empenhados na renovação da Aliança e na reafirmação da sua pertinência para a segurança europeia e segurança nacional. A importante cimeira de líderes que se avizinha em Londres deverá ser mais uma oportunidade para encontrarmos caminhos concretos de valorização dos mecanismos de enorme eficácia que a Aliança coloca à disposição dos seus membros. E também de identificação de áreas onde é necessário aprofundar a cooperação com a União Europeia, na resposta operacional aos desafios partilhados entre os Aliados. A NATO permanece de extrema relevância para os Aliados, algo que nos parece irrefutável, bem para lá de debates sobre tensões transatlânticas. E isto não invalida que a Europa faça o seu caminho na constituição de estruturas de defesa que reforcem a segurança do espaço euro-atlântico.

Este é um contexto de enorme dinamismo, repleto de oportunidades na definição de novos caminhos. Portugal soube

sempre contribuir para esses processos, a partir de uma identificação clara das suas prioridades de política externa e de Segurança e Defesa. O diálogo e reflexão permanentes e de grande qualidade que fomos fomentando em espaços como o Instituto da Defesa Nacional muito contribuem para essa capacidade.

Por isso mesmo, aquando da tomada de posse da Diretora do IDN, definimos em conjunto um caderno de encargos ambicioso, que nos exigirá um investimento na crescente capacitação desta casa, mas que, estou certo, muito contribuirá para adequar a nossa participação nestes processos. A lição inaugural que o Prof. Viriato Soromenho Marques irá apresentar sobre os desafios da Defesa numa época marcada pela urgência das alterações climáticas é um bom estímulo a essa atualização que queremos prosseguir. Outras temáticas como a ciberdefesa ou a política espacial exigir-nos-ão pensamento mais aprofundado a breve trecho, assim como a

necessidade de visitar a nossa Cooperação no Domínio da Defesa.

De importância central, na génese do IDN, está também a aproximação à sociedade e para isso valerá a pena repensar e reforçar os mecanismos de partilha das temáticas da defesa junto de um público mais amplo. Existem já diversas iniciativas sistemáticas em curso. Devemos alargar esses mecanismos para incluir formas de contactar com as populações e as forças vivas das diferentes partes do nosso país, e tenciono trabalhar com o IDN para erguermos um modelo apropriado para esta tarefa.

Este é um ambicioso plano de ação para os próximos anos e que nos exigirá muito provavelmente a revisão do nosso documento enquadrador, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, por forma a torná-lo um documento de maior atualidade e utilidade,

e que permita dar sentido e orientação aos subsequentes documentos de cariz militar.

Estaremos sem dúvida ocupados, mas confiantes que com o contributo de todos, iremos mais longe e progrediremos de forma mais sólida, na reafirmação da Defesa Nacional como uma área de soberania, primordial na estrutura do nosso país.

Muito obrigado a todos os que conosco fazem esse caminho!